



Câmara Municipal de Cajuru

Estado de São Paulo

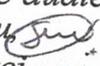
Ata de Audiência em que foi Apresentado o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao terceiro quadrimestre de 2023, realizada em 26 de fevereiro de 2024, às 9h32, na sede da Câmara Municipal, em audiência pública, a qual esteve sob a Presidência do vereador Carlos Facundes Leite - Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento. Foi declarada pelo senhor Presidente aberta a presente audiência, sendo registrada também a presença dos vereadores Elson Donizeti da Silva, João Pedro Santana Constâncio e José Ali Rahal; da senhora Juliana Aparecida da Silva Canassa - Chefe de Contabilidade da Prefeitura Municipal; da senhora Luana Aparecida Buschini - Contadora da Prefeitura Municipal; da senhora Sabrina Cardoso dos Reis - Responsável pelo Controle Interno desta Casa. Continuando o senhor Presidente agradeceu a presença de todos; esclareceu que estavam reunidos para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao terceiro quadrimestre de 2023 e na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento e cumprindo ao disposto no artigo 9º, § 4º de Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF N.º 101/2000) convocou esta audiência; comunicou que o Edital convidando toda a população para a audiência fora publicado no jornal, no site da Câmara e ficou afixado no mural desta Casa, no intuito de dar publicidade e transparência a audiência pública. Em seguida, deixou a palavra livre aos representantes do Executivo Municipal, para que fizessem as suas considerações. Com a palavra, Juliana saudou a todos e disse que em atendimento ao artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, estava naquele dia apresentando mediante relatórios, o cumprimento das Metas, referente ao 3º quadrimestre de 2023, e, de posse dos relatórios, poderiam estudar e avaliar o passo a passo do cumprimento das metas fiscais, sendo que, no caso de Receitas e Despesas, os Resultados Nominal e Primário, possibilitavam resultados maiores ou menores do que os que foram fixados na LDO; explanou que o Resultado Primário, com a Receita no 3º quadrimestre, ficou em R\$ 110.549.115,00 (cento e dez milhões, quinhentos e quarenta e nove mil e cento e quinze reais); e quanto às Despesas, ficou um valor de R\$ 119.215.362,67 (cento e dezenove milhões, duzentos e quinze mil e trezentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos); falou também que as Despesas Liquidadas ficaram com um valor de R\$ 115.481.982,08 (cento e quinze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e novecentos e oitenta e dois reais e oito centavos), demonstrando assim que a arrecadação ficou menor do que a Despesa Empenhada em R\$ 8.666.247,67 (oito milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos); explicou que com relação à arrecadação em relação ao que foi previsto, tiveram um excesso de arrecadação, no valor de R\$ 10.107.315,00 (dez milhões, cento e sete mil, trezentos e quinze reais); a seguir, disse que iria destacar alguma Receitas que

.....
(Receitas que) contribuíram para o excesso e algumas que não receberam o previsto, sendo que, aquilo se deu pelas receitas de impostos, sendo que receberam uma diferença a maior de R\$ 1.185.720,96 (um milhão, cento e oitenta e cinco mil, setecentos e vinte reais e noventa e seis centavos), que era de ITBI, que teve um valor recebido a mais de R\$ 327.929,02 (trezentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e dois centavos); o IPTU da Dívida Ativa, que foi R\$ 275.049,09 (duzentos e setenta e cinco mil e quarenta e nove reais e nove centavos); o Imposto de Renda, sendo R\$ 729.111,65 (setecentos e vinte e nove mil, cento e onze reais e sessenta e cinco centavos); o ISS R\$ 89.296,99 (oitenta e nove mil duzentos e noventa e seis reais e noventa e nove centavos); o Simples Nacional no valor de R\$ 184.459,09 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e nove centavos); valores imobiliários de juros no valor de R\$ 1.559.495,49 (um milhão, quinhentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos); a FPM, no valor de R\$ 1.880.441,39 (um milhão, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e nove centavos); o Fundo do Idoso, no valor de R\$ 617.600,00 (seiscentos e dezessete mil e seiscentos reais); e Transferências da União, no valor de R\$ 5.697.178,57 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, centos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos); explicou também que tinham Receitas que não receberam o valor previsto, sendo que as principais eram o IPTU, no valor de R\$ 459.538,04 (quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais e quatro centavos); o ICMS, no valor de R\$ 731.843,35 (setecentos e trinta e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e cinco centavos); o IPVA, no valor de R\$ 855.346,91 (oitocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e um centavos); e o FUNDEB R\$ 1.137.242,57 (um milhão, centos e trinta e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais e cinquenta e sete centavos); explicou que apresentava um Resultado Nominal com um valor negativo de R\$ 11.453.776,63 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), que era composto de precatórios e restos a pagar processados, deduzindo a disponibilidade de caixa, mais os haveres financeiros, em um valor de R\$ 11.592.824,86 (onze milhões, quinhentos e noventa e dois mil, oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta e seis centavos); afirmou também que a Dívida Líquida tinha um valor negativo de R\$ 946.637,88 (novecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e sete reais e oitenta e oito centavos), menos a dívida que ficou em 31 de dezembro de 2022, o que representava um Resultado Nominal negativo de R\$ 11.453.776,63 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), apresentando que o ente ficou prejudicado, mas ainda foi possível cumprir a meta de 2023, foi um ano difícil, pois algumas Receitas não corresponderam com a estimativa prevista no Orçamento, e verificaram um aumento da dívida, devido aos juros, e adquiriam uma dívida previdenciária com o Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 1.587.033,39 (um milhão, quinhentos e oitenta e sete mil e trinta e três reais e trinta e nove centavos), mas ainda foi possível cumprir a meta, devido ao bom resultado da disponibilidade de caixa do ano anterior, sendo que, no ano anterior, fecharam com R\$ 27.617.240,81 (vinte e sete milhões, seiscentos e

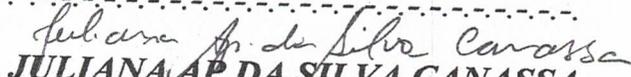
.....
(seiscentos e) dezessete mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e um centavos), e, em 2023, ficaram ainda com uma disponibilidade de R\$ 17.994.253,60 (dezessete milhões, novecentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), deixando assim um resultado positivo; a seguir, afirmou que iria demonstrar os percentuais exigidos pela Constituição Federal, então no 3º Quadrimestre, com aplicação de recursos próprios, o mínimo exigido era de 25% (vinte e cinco por cento), e as Receitas proveniente de impostos, tiveram um valor de R\$ 75.768.465,37 (setenta e cinco milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e trinta e sete centavos); tendo uma Despesa Empenhada de R\$ 22.295.661,64 (vinte e dois milhões, duzentos e noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), dando uma aplicação de 29,43% (vinte e nove inteiros e quarenta e três centésimos por cento), sendo que o mínimo que teriam que aplicar era 25% (vinte e cinco por cento); ressaltou também que a aplicação de recursos do FUNDEB, que era onde o município deveria aplicar com os profissionais do magistério na educação básica, deveria ser de no mínimo 70% (setenta por cento), mas foi aplicado o montante de despesa empenhada no valor de R\$ 17.355.854,78 (dezessete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos), e as despesas liquidadas tinham um valor de R\$ 17.282.332,30 (dezessete milhões, duzentos e oitenta e dois mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta centavos), que representava um percentual de 99,58% (noventa e nove inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento); apontou também que tiveram despesas pagas, no valor de R\$ 16.768.338,11 (dezesseis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, trezentos e trinta e oito reais e onze centavos); afirmou também que os gastos com saúde que eram exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, tinha um valor mínimo de 15% (quinze por cento), e tiveram despesas empenhadas no valor de R\$ 24.516.810,95 (vinte e quatro milhões, quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e dez reais e noventa e cinco centavos), sendo aplicado um percentual de 32,60% (trinta e dois inteiros e sessenta centésimos por cento); mostrou também que tiveram despesas liquidadas no valor de R\$ 24.417.049,20 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e dezessete mil e quarenta e nove reais e vinte centavos), representando um percentual de 32,83% (trinta e dois inteiros e oitenta e três centésimos por cento); explicou ainda que, quanto aos gastos com pessoal, o limite de alerta seria de 48,60% (quarenta e oito inteiros e sessenta centésimos por cento), já o limite prudencial seria 51,30% (cinquenta e um inteiros e trinta centésimos por cento), nesse sentido, despesas com o pessoal ficou com um valor de R\$ 55.615.092,11 (cinquenta e cinco milhões, seiscentos e quinze mil e noventa e dois reais e onze centavos), o que representava um percentual de 53,71% (cinquenta e três inteiros e setenta e um centésimos por cento), então, na realidade, no quadro de pessoal, já ultrapassaram o limite prudencial, então em 2024 teriam que corrigir aquela situação, através de alguns cortes de horas extras, de várias situações, caso não tivesse jeito de cortar aquelas horas extras, talvez poderia até cortar cargos, então tinham um limite de seis meses para tentar ajustar, devido à aquele aumento que o Prefeito deu, poderiam ver que tinha impactado em tudo, dava para perceber que, por exemplo, na educação teriam

.....
(teriam) que aplicar 25% (vinte e cinco por cento), mas aplicaram 29% (vinte e nove por cento), na Saúde teriam que aplicar 15% (quinze por cento), mas aplicaram 32% (trinta e dois por cento), então tudo foi evoluindo e crescendo, pois, a maioria dos profissionais, estava na Educação e na Saúde, a Educação estava com mais de 400 (quatrocentos) funcionários, tanto que o FUNDEB teve uma redução de valores, não receberam o que havia sido estimado, devido também até à baixa de ICMS, sendo que não tiveram, e teria que haver um trabalho quanto à aquele ICMS também, pois o ano de 2024 seria um ano bem difícil de trabalhar, então até conseguiram alcançar a meta, mas devido à uma boa disponibilidade de caixa que tinham, se não fosse aquilo, seria difícil, então a partir daquele momento deixaria aberto para perguntas. Com a palavra, o senhor **Presidente** disse que a palavra estava livre a todos. Fazendo uso da palavra, **João Pedro** saudou a todos e falou que gostaria de começar perguntando sobre uma dívida que muito se falava, a respeito do aumento do salário dos funcionários públicos, então gostaria de saber se existia, se iria ter aquele aumento para os funcionários, ou se tinha alguma previsão para 2024. Com a palavra, **Juliana** respondeu que ela, como técnica, analisando os relatórios da Prefeitura, mas acreditando que quem poderia dizer aquilo de forma mais claro, seria a Rita, que era a Secretária, mas ela não pode vir naquela Audiência, mas ela, como técnica, entendia que não poderia ter nem o reajuste que deveria ter todos os anos, mas nem sempre tinham, não apenas naquela Administração, houve Administração que não tiveram o reajuste durante três ou quatro anos; explicou que acreditava que aquele era até um desejo do Prefeito, sendo que, pelo menos naquela parte, ele se mostrou interessado em ajudar todo mundo, mas como tinham muitos funcionários, estavam com uma folha de pagamentos alta, passaram do limite prudencial, então teriam que trabalhar para diminuir aquilo, e para isso, precisariam arrecadar mais receitas, ou cortar despesas, que era da folha; explicou que estavam com uma Controladora Interna na Prefeitura, haviam ficado um período sem, e acreditava que ela estava trabalhando em cima daquilo, não sabia dizer como que estava sendo a resposta dela mediante dos Secretários, mas ela já estava trabalhando com relação às horas extras, pois era uma das funções dela, ela tinha que estar resolvendo aquele tipo de problema que ocorreu na Prefeitura, então entendia que pelo fato de o percentual estar muito alto não seria possível, então por hora, ela, como técnica, acreditava que não poderia ter o reajuste, mas quem acabaria definindo aquilo e dizendo, era a Secretária da pasta, junto com o Prefeito, aí ela não poderia falar, eram eles que resolveriam na hora, pois, mediante, aquela resposta ali, teriam penalidades, por exemplo, abaixou o ICMS, abaixou o FUNDEB, sendo que um era consequência do outro; ressaltou também que tiveram quatro ou cinco folhas de pagamento que precisou trabalhar em cima delas, pois não dava para pagar o FUNDEB, teve que jogar tudo em Recursos Próprios da Prefeitura, por aquele motivo que dava aquele aumento grande ali de 29% (vinte e nove por cento), pois, geralmente, todo ano fechavam em cerca de 26% (vinte e seis por cento), o máximo era 27% (vinte e sete por cento), então era muito para a prefeitura, eram percentuais que teriam que cumprir, mas estava muito em cima, então acabava ficando difícil de trabalhar nas despesas do dia a dia, que eram as despesas correntes, sendo que

(sendo que) tinham serviços e consumo, então precisavam estarem buscando realmente melhorar naquele sentido, pois tinham os juros da dívida de precatórios, que já aumentava todo ano, então foram e adquiriram mais aquela dívida, que era uma dívida previdenciária, então ficava uma situação complicada. Com a palavra, **João Pedro** questionou se naquele dia havia acontecido alguma coisa com a Secretária, que ela não pode vir. Fazendo uso da palavra, **Juliana** respondeu que realmente ela sempre vinha, e na realidade, ela deixou avisado na Secretaria com a Silmara que naquele dia ela tinha um compromisso, e realmente não podia adiar o compromisso, então se ausentou. Fazendo uso da palavra, **João Pedro** falou que a última questão era relacionada ao IPTU verde, sendo que era um assunto que sempre tratavam ali nas audiências, e naqueles quatro anos era um assunto recorrente, sempre perguntou a respeito daquilo, e estavam finalizando mais um mandato, e não foi implantado o IPTU verde. Com a palavra, **Juliana** questionou se havia feito aquilo por escrito. Com a palavra, **João Pedro** respondeu que fez indicações e requerimentos sobre o tema. Fazendo uso da palavra, **Juliana** questionou qual foi a resposta obtida. Fazendo uso da palavra, **João Pedro** disse que foi respondido que iriam estudar a respeito para fazer, inclusive a própria Secretária afirmou que estavam estudando, então gostaria de saber se ainda existia a possibilidade de sair naquele ano. Com a palavra, **Juliana** respondeu que naquele ano existiam muitas limitações, devido à Lei, então tinham até um certo período que poderiam trabalhar de forma tranquila, mas depois praticamente ficavam impedidos de fazerem um monte de coisas, mas poderia levar aquele questionamento ao conhecimento do Prefeito e da Secretária e se comprometeria a dar uma resposta, pois realmente aquilo não foi chegado até ela, e ela e Luana que estavam com os estudos da Contabilidade, era muita coisa que não chegava até ela, mas ela poderia, como representante da Prefeitura, estar levando aquilo e trazendo uma resposta. Fazendo uso da palavra, **João Pedro** disse que estava perfeito e agradeceu pela atenção de Juliana. Fazendo uso da palavra, **José Ali** questionou a respeito da arrecadação do imposto rural, sobre pecuária, lavoura, etc, o que estava fazendo sobre aquela arrecadação. Fazendo uso da palavra, **Juliana** respondeu que o que ela percebia era que quando ela olhava no quadro da arrecadação, foi até dado o incentivo do IPTU, mas percebia que foi muito pouco o retorno, e a dívida ativa estava fazendo com que o Tribunal de Contas cobrasse, pois era muito alta, acreditava que inclusive era necessário trabalhar em cima daquilo. Com a palavra, **José Ali** falou que estava perguntando aquilo, pois o imposto daqueles canavieiros, cafeicultores e pecuaristas, não estava ficando em Cajuru, estava indo embora para outras cidades. Fazendo uso da palavra, **Juliana** disse que aquilo poderia estar sendo colocado em um requerimento, para verem aquilo na parte tributária, sendo que poderia colocar aquilo para Rita, na parte Tributária, pois estava falando de modo geral vendo o que tinham na mão de resultado, não coisas pequenas como estava se falando, por exemplo, uma das coisas que precisava ser resolvida muito rapidamente, que foi uma das coisas que tiveram cobranças de justificativa que o Tribunal de Contas pediu, era sobre o fato de que em 2022 tiveram uma inscrição de dívida ativa no valor de R\$ 3.924.000,00 (três milhões, novecentos e vinte e quatro mil

.....
(quatro mil)reais) na Prefeitura, então ele falou porque tinha tanta dívida assim, o que precisava fazer para ser cobrado, o que a Prefeitura poderia melhorar e trabalhar naquilo, pois se estavam precisando de obter recursos para melhorar o resultado, precisava trabalhar em cima daquilo, mas aí chegou 2023, tiveram uma outras inscrição de mais R\$ 3.826.000,00 (três milhões, oitocentos e vinte e seis mil reais), e, atualmente, estavam com um saldo de Dívida Ativa para receber de R\$ 19.935.000,00 (dezenove milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais), então a Prefeitura na realidade também tinha as coisas para receber, só que tinham que trabalhar juridicamente, com o Jurídico na Secretaria, de que forma que poderiam fazer para poder estar realizando aquilo, pois nem sempre aquilo era muito fácil, nem sempre se poderia executar, então não saberiam de que forma poderiam trabalhar para estar recebendo, mas havia muito trabalho a ser feito, olhando nos resultados havia muita coisa, então acreditava que caberia sim vir mais soluções, ideias, eram uma equipe que precisavam fazer aquilo dar certo, a Administração era de todos; explicou também que algumas coisas que não soube responder, os vereadores poderiam estar fazendo em forma de requerimento, iria atrás, poderiam ficar tranquilos que iriam verificar o que poderia estar acontecendo e o que poderiam fazer, tentando responder o mais rápido possível. Fazendo uso da palavra, o senhor Presidente falou que a respeito do desvio de função no município, estava grande demais, aquilo poderia causar um problema enorme. Fazendo uso da palavra, **Juliana** falou que sobre aquilo ela não saberia dizer. Fazendo uso da palavra, o senhor **Presidente** questionou se não saberia dizer se havia uma fiscalização, um olhar para aquilo. Com a palavra, **Juliana** respondeu que aquilo já era uma parte que estava sendo questionado que, talvez, seria bom perguntar para a controladora, pois era função dela, então poderia mandar um requerimento e acreditava mesmo que deveria mandar aquela pergunta, pois realmente não poderia haver mesmo desvio de função, sabia daquilo, mas não sabia dizer o que acontecia, se havia, quantos eram, então, se existia a dúvida, poderia fazer o requerimento e mandar para ela, pois ela tinha a mesma função do Tribunal de Contas dentro da Prefeitura. Com a palavra, o Senhor **Presidente** falou que João Pedro havia perguntado sobre o aumento de salário, mas gostaria também de saber a respeito do vale alimentação. Com a palavra, **Juliana** respondeu que o vale iria chegar, pois o que acontecia era que viu mais ou menos que não poderia fazer com relação à folha, mas acreditava que o Prefeito acabou optando por fazer alguma coisa no vale alimentação, mas não sabia falar de valores, mas sabia dizer que chegaria alguma coisa sim. Não havendo mais ninguém querendo fazer uso da palavra, o Senhor **Presidente**, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, às **9h57**. SALA DAS SESSÕES, 26 de fevereiro de 2024. Eu,  (Sabrina Cardoso dos Reis), Assessora Legislativa e Administrativa, digitei.....


CARLOS FACUNDES LEITE
Presidente da Com. Finanças e Orçamento


JULIANA A.P. DA SILVA CANASSA
Chefe de Contabilidade da Prefeitura Municipal